



originais recebidos em 15 de setembro de 2017

aceito para publicação em 21 de novembro de 2017

Práticas educativas no contexto ambiental em uma casa de acolhimento institucional do município de Passo Fundo

Sabrina Rodrigues Sousa¹, Angela Giovana Zorzan²,
Patrícia Camargo Vianna², Carolaine Vian²,
Dannuza Labanca Brandão Visintainer², Vanessa Polli²

Resumo: A Educação Ambiental é um processo que instiga o ser humano a pensar na maneira ecologicamente correta de se viver, buscando uma construção de conhecimentos voltados para a conservação do meio ambiente. Ela visa despertar nos indivíduos este interesse de proteção, de forma a sensibilizá-lo, buscando garantir que todas as parcelas da sociedade, incluindo aquelas que vivem em condições vulneráveis, como crianças e adolescentes sob tutela e guarda do Estado, não sejam privadas de seus direitos e que assumam suas responsabilidades com o meio ambiente. Assim, este artigo apresenta o relato das ações experienciadas em um projeto de extensão universitária desenvolvido em uma das três casas de acolhimento institucional de Passo Fundo/RS (2016), visando promover a sensibilização ambiental das crianças e adolescentes abrigados. Foram abordadas diversas questões relevantes como, a correta disposição de resíduos sólidos e compostagem dos resíduos orgânicos, consumo de água, e alimentação saudável. Foram construídas e conduzidas oficinas compatíveis com os seis participantes (faixa etária entre 3 e 15 anos) e os recursos disponíveis, com tarefas práticas e dinâmicas. Espera-se que este projeto inspire outras iniciativas similares, instigando crianças e adolescentes a pensarem em seus atos desde o princípio, tornando-se capazes de fazer de suas atitudes, ações transformadoras, independentemente de sua situação de vida e alcançando o que se espera de todos os indivíduos: o respeito com o meio em que se vive.

Palavras-chave: Sensibilização Ambiental, Crianças, Adolescentes, Casas de Acolhimento Institucional, Extensão Universitária

Content shared under [Creative Commons Attribution 3.0 Licence CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/)

1 Instituto Federal do Rio Grande do Sul, *Campus Sertão*, NIEPE – Ciências Biológicas e Ambientais. Rodovia RS 135, Km 25, Distrito Eng. Luiz Englert, 99170-000, Sertão, RS. sabrina.sousa@sertao.ifrs.edu.br (autora para correspondência)

2 Instituto Federal do Rio Grande do Sul, *Campus Sertão*. angelazorzan@hotmail.com, ptrcvianna@gmail.com, carolaine12vian@outlook.com, dannuza.visintainer@sertao.ifrs.edu.br, vanessa.polli@sertao.ifrs.edu.br

Educational practices in the environmental context at a foster care institution in the city of Passo Fundo

Abstract: Environmental Education is a process that instigates the human being to think of an environmentally friendly way of living, seeking to raise awareness towards environmental conservation. It aims to awaken one's will for nature protection, sensitizing them, aspiring to guarantee that all layers of society are not deprived of their rights and are held responsible for the environment, including who are in vulnerable conditions, such as children and adolescents under Governmental protection. Thus, this article presents a report of actions that were experienced in a University Extension project, which was developed at one of three reception houses in Passo Fundo, Rio Grande do Sul State, Brazil (2016), targeting to promote the environmental sensitiveness of the children and adolescents sheltered at the institution. Several relevant issues were approached, such as the proper form of disposing waste and composting of organic waste, water consumption, and healthy eating. Workshops were carried out, according to the age range of the six participants (3 to 15 years old) and the available resources, with practical and dynamic tasks. This project is expected to inspire alike initiatives, provoking the youth to think about their actions so that they can become capable of making each of their doings transformative ones, regardless of their life situation and eventually reaching what is expected of all individual: respect for the environment in which they live.

Keywords: Environmental Awareness, Children, Adolescents, Reception Center, University Extension

Prácticas educativas en el contexto ambiental en una casa de acogida institucional de Passo Fundo

Resumen: La Educación Ambiental es un proceso que impulsa el ser humano a razonar sobre la manera ecológicamente correcta de vivir, buscando una construcción de conocimientos hacia la conservación del medio ambiente. Su objetivo es provocar en los individuos este interés de protección de la naturaleza con el fin de sensibilizarlo, garantizando que todos los estratos de la sociedad no sean privados de sus derechos y que hagan cargo de sus responsabilidades con el medio ambiente, incluyendo los que viven en condiciones vulnerables, como niños y adolescentes bajo tutela y custodia del Estado. Así, este artículo presenta el relato de las acciones experimentadas en un proyecto de extensión universitaria desarrollado en una de las tres casas de acogida institucional de la ciudad de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil (2016), con el fin de promover la sensibilización ambiental de los niños y adolescentes abrigados. Distintas cuestiones de relieve fueron tratadas, como la correcta disposición de residuos sólidos y compostaje de los residuos orgánicos, consumo de agua, e alimentación saludable. Se construyeron y ejecutaron talleres compatibles con los seis participantes (grupo de edad entre 3 y 15 años) y los recursos disponibles, con tareas prácticas y dinámicas. Se espera que este proyecto inspire otras iniciativas semejantes, instigando a niños y adolescentes a pensar en sus actos desde el principio, haciéndose capaces de convertir sus actitudes en acciones transformadoras, independientemente de su situación de vida, y alcanzar lo que se desea de todos los individuos: el respeto con el medio en el que se vive.

Palabras-clave: Sensibilización Ambiental, Niños, Adolescentes, Casas de Acogida, Extensión Universitaria

Introdução

A Constituição Federal Brasileira, por meio do artigo 225, define que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). Como disposto no § 3º do referido artigo, “estão sujeitas a sanções penais e administrativas, todas as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, causadas por pessoas físicas ou jurídicas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”. Para garantir o atendimento à Constituição

Federal, a *educação ambiental* foi definida como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA (BRASIL, 1981).

A Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, instituída pela Lei nº 9.795 (BRASIL, 1999), estabelece que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. Esta articulação pode ser tanto em caráter formal – quando inserida nos currículos das instituições de ensino em todos os níveis – , quanto em caráter não formal – quando conduzida na forma de “ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões

ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”.

Os princípios da educação ambiental, como estabelecido no artigo 4º da PNEA, incluem: I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo; VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

O artigo 8º define que todas as atividades vinculadas à PNEA devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas: I - capacitação de recursos humanos; II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; III - produção e divulgação de material educativo; IV - acompanhamento e avaliação; cabendo ao Poder Público, como descrito no artigo 13 - inciso II, deve incentivar a ampla participação das universidades, entre outras, na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não formal. Neste tocante, destacam-se as ações, projetos e programas de extensão universitária.

A extensão universitária deve promover a realimentação do processo de ensino-aprendizagem e contribuir com o desenvolvimento de pesquisas. Ao ser um elemento de articulação e flexibilização curricular entre as dimensões da vida universitária, torna-se, também, um dos mecanismos de integração entre o saber acadêmico e o saber popular, entre as possibilidades institucionais e as demandas dos diferentes grupos sociais, buscando o comprometimento da comunidade acadêmica com interesses da sociedade organizada.

Conforme estabelecido no Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2001), “é importante ressaltar que a intervenção na realidade não visa levar a universidade a substituir funções de responsabilidade do Estado, mas sim produzir saberes, tanto científicos e tecnológicos, quanto artísticos e filosóficos, tornando-os acessíveis à população, ou seja, a compreensão da natureza pública da universidade se confirma na proporção em que diferentes setores da população brasileira usufruam os resultados produzidos pela atividade acadêmica, o que não significa ter que, necessariamente, frequentar seus cursos regulares”.

Segundo Carvalho (1998), a educação ambiental possibilita a formação de valores e atitudes sensíveis à diversidade, à complexidade e à solidariedade diante dos outros seres humanos e da natureza. Além de propiciar o contato com a natureza, o descanso e a fruição são também meios eficazes na interação homem/natureza e podem contribuir na formação da consciência ambiental

(SIQUEIRA, 2004). A proposição de experiências que reconstruam a conexão entre o ser humano e a natureza é tão importante quanto as informações teóricas na educação ambiental, como destacam Tomazello e Ferreira (2001).

Estas abordagens se devem porque compartilha-se com o que foi dito por Brügger (1994):

“O primeiro aspecto que gostaria de destacar é que a *educação ambiental* é encarada na maioria das vezes como dimensão ou modalidade de educação, princípio do qual não compartilho em absoluto. O surgimento de uma educação ambiental pressupõe o reconhecimento de que a educação tradicional não tem sido ambiental. Conseqüentemente, o ‘ambiental’ deveria ser parte intrínseca da educação como um todo e não modalidade ou uma de suas dimensões, pois nessa visão reaparece a reificação da questão ambiental e conseqüentemente da própria educação. A compartimentalização do *ambiental* ou, a inserção de uma dimensão ambiental, levam o meio ambiente a uma perspectiva instrumental e o elenco de ‘problemas ambientais’ se reduz à poluição, escassez de recursos naturais, diminuição da biodiversidade etc. A educação ambiental vista desta forma não ultrapassa as fronteiras da velha educação conservacionista e não faz jus, portanto, ao adjetivo a que se propõe” (BRÜGGER, 1994, p. 78).

No entanto, se faz necessário apontar que diversas parcelas da sociedade vivem em situação de vulnerabilidade, sendo privadas de seus direitos, e marginalizadas quanto aos seus deveres, o que inclui suas responsabilidades com o meio ambiente. Abramovay et al. (2002) definem a vulnerabilidade social como a situação em que as habilidades e recursos a que um grupo social está submetido são inadequados e insuficientes para lidar com as oportunidades ofertadas pela sociedade. Crianças e adolescentes abrigados são atores sociais que se pode identificar com o conceito acima.

Assim, além de buscar estratégias para promover a sensibilização ambiental dos indivíduos de modo geral, a sociedade também tem o papel de proporcionar a inclusão destes atores, sendo eles, frequentemente, esquecidos. Como qualquer cidadão brasileiro, os menores acolhidos nas casas institucionais têm direitos e deveres a serem cumpridos, incluindo os referentes ao meio ambiente, como previsto na Constituição Federal, sendo fundamental a participação de instituições de ensino superior, como o IFRS, neste processo.

Com respeito às ações ambientais desenvolvidas junto a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, pode-se citar: Pedrini, Costa e Ghilardi (2010), que estudaram a percepção ambiental e representações sociais relacionadas ao meio ambiente por parte de participantes (com até 12 anos) de uma entidade privada no Rio de Janeiro/RJ; Pedrini e De-Paula (2008), cujo trabalho apresenta uma proposta metodológica para a educação ambiental comunitária com meninas institucionalizadas; Reyes et al. (2007), que fazem a narrativa de um trabalho de educação ambiental com menores moradores nas ruas de São Paulo/SP; Reigada e

Reis (2004), que aplicaram pressupostos da pesquisa ação-participativa com crianças carentes Botucatu/SP; e Silveira (2002), que desenvolveu uma metodologia de educação ambiental comunitária, baseada em saberes acadêmicos e comunitários com a população sem-teto de Pelotas/RS.

Apesar das experiências apresentadas, Azevedo (2007) ressalta que a educação ambiental para sociedades sustentáveis vem sendo timidamente desenvolvida com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, como as vítimas de violências domésticas, sexuais, policiais, entre outras. Entretanto, tal fato também evidencia a viabilidade e a potencial contribuição que pode ser dada sobre a temática.

Desta forma, o projeto de extensão relatado neste artigo, reconhecendo na infância e juventude os agentes essenciais para a transformação da realidade, a necessidade do exercício da cidadania e o resgate de valores e direitos, teve como objetivo “promover a sensibilização ambiental de crianças e adolescentes abrigados (sob guarda e tutela do Estado¹)”, por meio dos princípios da sustentabilidade e da autonomia e inclusão dos sujeitos, de forma a torná-los cidadãos participativos na sociedade.

As ações foram realizadas em uma das três casas de acolhimento institucional de Passo Fundo, município de médio porte localizado no norte do estado do Rio Grande do Sul, e desenvolvidas no contexto do Projeto Egrégora, uma iniciativa do Ministério Público Estadual – RS e da Prefeitura Municipal, que, desde 2015, visa incentivar os municípios para o desenvolvimento de ações voluntárias de manutenção e apoio às casas de acolhimento institucional.

Materiais e Métodos

Após a aprovação do projeto pelo Ministério Público Estadual (Projeto Egrégora⁵), em maio de 2016, conduziu-se a definição da casa de acolhimento, selecionada por questões logísticas, seguida de uma qualificação das integrantes do projeto junto à psicóloga e assistente social da Secretaria de Cidadania e Assistência Social (SEMCAS) responsáveis pela casa. Nesta qualificação, a equipe do projeto recebeu orientações sobre a função das SEMCAS, as atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), o histórico e propósito do Projeto Egrégora e a conduta e postura esperada dos membros da equipe.

Partiu-se, então, para o planejamento e elaboração das oficinas de educação ambiental, respeitando-se a faixa etária dos participantes envolvidos e os recursos disponíveis. Para isso, a equipe do projeto promoveu reuniões semanais na instituição de ensino, com duração média de duas horas cada, a partir do mês de junho. As oficinas foram realizadas quinzenalmente às terças-feiras, das 14h30min às 17h00min, entre os meses de agosto e novembro, seguindo um cronograma acordado previamente entre as partes.

Ao iniciar as ações do projeto, na casa selecionada estavam acolhidas dez crianças e adolescentes, com faixa etária variando entre 3 e 17 anos, sendo cinco meninas e cinco meninos. Entretanto, uma das adolescentes completou 18 anos no período e não chegou a participar das ações, por estar em processo de desinstitucionalização; um adolescente participou da primeira oficina e, em seguida, foi reencaminhado à família; e outros dois adolescentes participaram até a segunda oficina, mas depois foram conduzidos para uma instituição de reabilitação em Porto Alegre/RS. Assim, o projeto focou em ações para crianças menores de 10 anos, com o consentimento da única adolescente que permaneceu na casa, contando, ao todo, com seis participantes na maior parte das oficinas.

Os temas das oficinas, assim como os materiais necessários para cada uma, foram, respectivamente:

- *Meio Ambiente*: para esta oficina, utilizou-se o filme “Um plano para salvar o planeta”, da Turma da Mônica² – Maurício de Sousa Produções, que aborda questões ambientais numa linguagem acessível ao público em questão. Além do vídeo, cuja projeção demandou um computador e um projetor multimídia, foi produzido um caça-palavras ambiental com tampas de garrafa PET (polietileno tereftalato) e EVA (espuma vinílica acetinada) coladas em um suporte de madeira (porta descartada de um guarda-roupas), e barbante. A reprodução do caça palavras foi impressa para facilitar a identificação dos conceitos pelas crianças alfabetizadas e um jogo de sete erros foi utilizado com as não alfabetizadas.
- *Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva*: foi elaborado um painel em EVA, no qual foram colados cinco sacos plásticos (do tamanho de folhas A4), representando coletores seletivos para resíduos inorgânicos (papel, plástico, vidro, metal e rejeitos), seguindo o código de cores previsto na Resolução CONAMA nº 275 (BRASIL, 2001). Um exercício de fixação do conteúdo foi elaborado, devendo os participantes conectar adequadamente os resíduos aos coletores seletivos e, em seguida, colori-los nas cores corretas. Minicoletores seletivos foram produzidos a partir de potes plásticos de margarina (de 500g cada), identificados com as cores e o tipo de resíduo que deveriam receber.
- *Compostagem de Resíduos Orgânicos*: foi construída uma vermicomposteira (com minhocas) para produção de composto a partir dos resíduos orgânicos gerados na casa. Para tal, foram necessários três baldes de margarina (de 15 kg cada), solicitados à uma padaria da região, uma torneira plástica – para facilitar a drenagem dos líquidos lixiviados, e as minhocas, que foram obtidas nas áreas agrícolas no câmpus.
- *Espécies da Flora*: para esta oficina foram necessárias folhas de papel sulfite (A4), na cor branca, uma para cada participante. Também foram utilizados lápis de cor, lápis grafite, canetas hidrocor coloridas, tesoura, cola branca para papel, folhas coloridas de EVA e, resíduos vegetais (folhas, flores, cascas, sementes, raízes etc.) que se encontravam caídos sobre o solo.
- *Alimentação Saudável e Paisagismo*: foram utilizados dois pequenos vídeos disponíveis no *Youtube*, sendo

um deles da “mãe nutricionista – vamos comer salada?”³ e o outro da “mininutricionista”⁴, projetados com auxílio de um computador e um projetor multimídia providenciado pela equipe do projeto. Para a construção da horta suspensa, aproveitou-se um *pallet* de madeira (resíduo de uma obra em andamento no câmpus universitário), onde foram fixadas, com o auxílio de pregos e martelo, 10 latas de aço (embalagens de achocolatado de 500g) e 4 garrafas PET (refrigerante de 2L), com abertura em uma das laterais feita com tesoura, representando os vasos. Para completar os recipientes, foi preciso cerca de 10 kg de substrato e mudas de hortaliças e de flores.

- *Água e Espécies Aquáticas*: para a construção do miniteatro do fundo do mar, foram utilizados: uma caixa de papelão (42 x 32 x 22 cm), papel crepom azul claro, folhas coloridas de EVA, palito de madeira (para espetinho), cola branca, tinta guache em cores diversas, canetas hidrocor coloridas, garrafas PET (refrigerante de 600mL e 2L) – com tampas, barbante, tesoura e pincéis.

Resultados e Discussão

No projeto de extensão relatado neste artigo, buscou-se abordar a educação ambiental de forma prática e com a participação e integração dos envolvidos nas oficinas, as quais iniciavam sempre com uma apresentação teórica. As práticas foram adaptadas da literatura, visando aproximá-las da realidade e idade dos participantes, e levando as acadêmicas envolvidas a explorarem as teorias discutidas em sala de aula.

Os resultados obtidos são apresentados a seguir. A cada novo encontro, o conteúdo da oficina anterior era sucintamente retomado, visando resgatar e auxiliar na fixação deste. Procurou-se utilizar resíduos recicláveis comumente encontrados em ambiente doméstico, ou de

baixo custo e fácil aquisição, em todas as atividades desenvolvidas.

Oficina 1 – meio ambiente: nesta oficina foram apresentados, de forma geral, alguns conceitos da área ambiental. Contando com a participação de cinco crianças e quatro adolescentes, o tema foi abordado por meio da projeção do filme da Turma da Mônica, com aproximadamente 25 minutos, em uma parede, criando a sensação de um cinema em casa. Após uma breve discussão sobre o vídeo, os participantes alfabetizados foram convidados a destacar os conceitos encontrados com barbante no caça-palavras ambiental (Figura 1A), após terem se exercitado na cópia impressa do mesmo (Figura 1B). As crianças não alfabetizadas brincaram com um jogo dos sete erros e depois coloriram os desenhos (Figura 1C).

Apesar de seu conteúdo excepcional, a duração do filme foi muito extensa, prendendo pouco a atenção das crianças menores (3 a 5 anos). Foi necessário interromper a apresentação algumas vezes para entretê-los. Por isso, recomenda-se utilizar as frações deste vídeo ao longo das oficinas, conforme a temática, ou utilizar vídeos mais curtos, com 7 a 10 minutos de duração, no máximo.

Oficina 2 – resíduos sólidos e coleta seletiva: com o auxílio do painel em EVA, a equipe do projeto demonstrou a correta separação dos principais tipos de resíduos sólidos inorgânicos gerados em ambiente doméstico (papel, plástico, vidro, metal e rejeitos) (Figura 2A). Amostras destes resíduos foram levadas pela equipe. Então, os participantes foram convidados a realizar a atividade de fixação, ligando os resíduos aos coletores corretos, e colorindo-os (Figura 2B). Em seguida, os participantes realizaram uma atividade prática de descarte correto de resíduos com a utilização dos minicoletores seletivos (Figura 2C).



Figura 1. Oficina sobre meio ambiente: **A.** caça-palavras ambiental; **B.** identificação dos conceitos; e **C.** jogo dos sete erros.

Fonte: arquivo pessoal.

Oficina 3 – compostagem de resíduos orgânicos: esta oficina teve foco na demonstração do potencial de reaproveitamento dos nutrientes contidos nos resíduos (por meio do composto produzido) e sua utilização em ações de paisagismo e produção de hortaliças. Os participantes auxiliaram na construção da vermicomposteira (Figura 3A), bem como na escolha do local de sua instalação (seco, arejado e protegido da luz solar direta) (Figura 3B). As minhocas proporcionam a aeração e a manutenção da temperatura necessária para a multiplicação de microrganismos aeróbicos, acelerando o processo de decomposição. Podem ser colocados nesta vermicomposteira: cascas de frutas, legumes, verduras, grãos e sementes, cascas de ovos etc., mas não podem ser adicionados: sobras de alimentos preparados, carnes, óleos e gorduras, temperos fortes, fezes de animais domésticos, entre outros, pois podem prejudicar as minhocas ou oferecer riscos de contaminação ao composto. É importante destacar que, para iniciar a vermicompostagem, foi preciso que a equipe do projeto levasse uma certa quantidade de resíduos orgânicos, bem como terra (solo) para acomodação e sobrevivência das minhocas. Em razão da idade dos participantes, a continuidade do preenchimento da vermicomposteira, no

cotidiano da casa, foi desenvolvida com o auxílio dos monitores e da responsável pelo preparo das refeições. Espera-se que o composto produzido seja utilizado para a complementação de nutrientes da horta suspensa (ver oficina 5) e ações de jardinagem na própria casa.

Oficina 4 – espécies da flora: esta oficina foi realizada em comemoração ao dia da árvore, celebrado no dia 21 de setembro, que também marca o início da estação primavera. Assim, esta oficina foi realizada no jardim da casa de acolhimento, que contém diversas espécies vegetais, desde gramíneas, até arbustivas e arbóreas. Lá, eles foram convidados a analisar esta diversidade e, em seguida, a reproduzir, ao menos uma delas, na folha de papel, utilizando os demais materiais. Ao final, o desenho foi decorado com a colagem dos resíduos vegetais escolhidos por cada participante (Figura 4A). Em folhas de EVA coloridas, os participantes desenharam uma das próprias mãos, a nomearam e recortaram. Em seguida, elas foram coladas em um painel, também de EVA, simbolizando a copa de uma árvore e demonstrando como a união de todas as “folhas” é que destaca a beleza da árvore (Figura 4B).

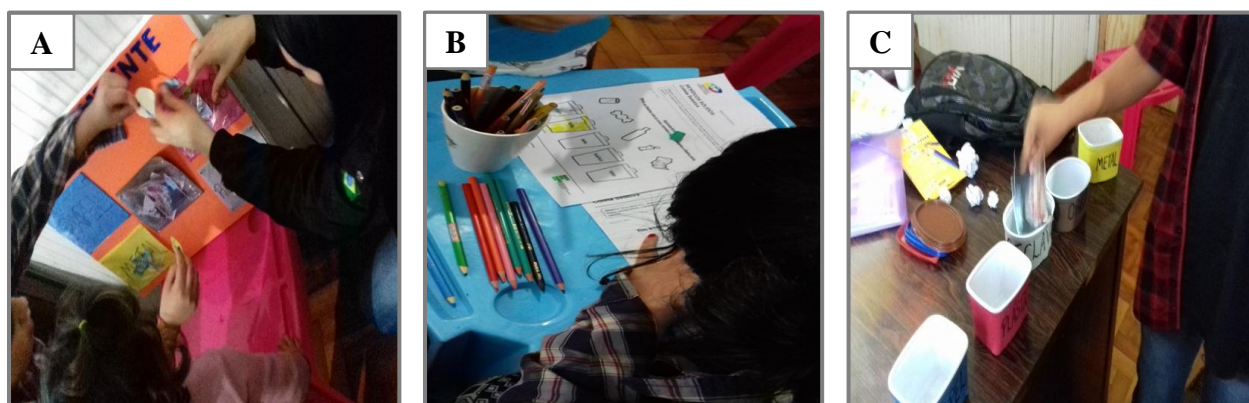


Figura 2. Resíduos sólidos e coleta seletiva: **A.** painel demonstrativo; **B.** atividade de fixação do conteúdo; e **C.** atividade prática.

Fonte: arquivo pessoal.



Figura 3. Registros da oficina sobre compostagem: **A.** montagem da vermicomposteira; e **B.** instalação no local escolhido.

Fonte: arquivo pessoal.



Figura 4. Registros da oficina sobre flora: **A.** arte produzida com resíduos vegetais; **B.** painel em comemoração ao dia da árvore.

Fonte: arquivo pessoal.

Sugere-se que, em novas oportunidades, esta atividade seja realizada com os pés descalços, em contato com a grama/solo, proporcionando uma proximidade com os elementos da natureza, encontrados dentro do ambiente doméstico. Os resíduos vegetais de diversas cores e texturas evidenciaram a diversidade.

Oficina 5 – alimentação saudável: a equipe do projeto utilizou os vídeos da “mãe nutricionista” e “mininutricionista”, com pouco mais de 2 minutos de duração cada, que são apresentados por crianças que incentivam o consumo de frutas e verduras. Após questionarem os participantes sobre seus hábitos alimentares e realizarem uma pequena reflexão, partiu-se para o plantio das mudas de hortaliças (alface, rúcula e couve) e de algumas flores para ornamentar (Figura 5A). A horta suspensa foi montada em um *pallet* de madeira e fixada em uma árvore com o intuito de reaproveitar a

água da chuva para irrigação (Figura 5B). Durante a atividade foi reforçada a necessidade de produção e consumo de alimentos naturais e livres de produtos químicos, produzidos alternativamente nas residências.

Oficina 6 – água e fauna aquática: nesta oficina foi enfatizada a necessidade do não desperdício de água, tendo em vista a limitação de disponibilidade deste recurso. Também refletiu-se sobre os cuidados com os corpos hídricos e a prevenção de sua poluição, já que estes constituem *habitats*, sendo fundamentais para a sobrevivência de muitas espécies. Assim, os participantes produziram seres que vivem em ambientes aquáticos (Figura 6A), utilizando os materiais disponíveis e, em seguida, todos se reuniram ao redor de um miniteatro para a criação e contação de histórias (Figura 6B), onde cada participante desempenhou o papel de um personagem à sua escolha.



Figura 5. Oficina sobre alimentação saudável: **A.** plantio de mudas; e **B.** horta suspensa.

Fonte: arquivo pessoal.

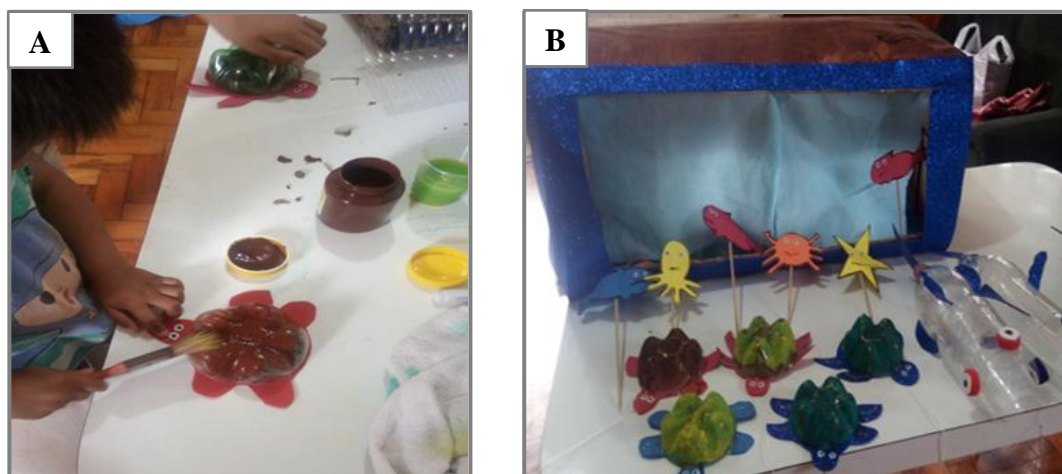


Figura 6. Oficina sobre água e fauna aquática: **A.** produção de brinquedos; e **B.** teatro e personagens sobre a temática.

Fonte: arquivo pessoal.

Considerações finais

Com a realização das práticas educativas, a equipe do projeto, em especial a parcela discente, pôde compartilhar seus conhecimentos acadêmicos, obtidos junto ao curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, mas também experimentar a realidade social do município e o cotidiano das casas de acolhimento institucional.

Pode-se concluir que o objetivo proposto foi atendido, sendo este fato evidenciado pela participação de todas as crianças nas atividades desenvolvidas, para as quais elas eram convidadas a comparecer. Além disso, convém destacar também o envolvimento e dedicação demonstrado pela única adolescente presente, auxiliando a todos para a boa condução das ações. Ressalta-se, contudo, que os resultados diretos das ações talvez não possam ser percebidos no momento presente, mas futuramente.

Além das seis oficinas realizadas, outras duas chegaram a ser programadas, porém, em uma delas a temática ambiental deu lugar à uma celebração fraterna em comemoração ao dia da criança, onde cada participante recebeu brinquedos e doces adquiridos com recursos levantados pela turma do 6º semestre do curso anteriormente mencionado; na outra (e última) oficina seria conduzida uma atividade de recapitulação dos conteúdos e fechamento, no entanto, a equipe executora foi “surpreendida” com a feliz notícia de que as seis crianças efetivamente participantes do projeto foram adotadas.

A continuidade deste projeto está sendo planejada, com a proposição de novas ações e a contribuição de novos colaboradores. Seu reinício teve que ser prorrogado em função da mudança de endereço e reorganização da casa, assim como a alocação de crianças e adolescentes de outras instituições. O novo escopo do projeto será

ampliado para abranger as três casas de acolhimento institucional de Passo Fundo.

As atividades propostas, aqui registradas, podem ser replicadas em quaisquer ações, projetos ou programas de educação ambiental que envolvam crianças, especialmente nas idades mencionadas. Espera-se, com o relato apresentado neste artigo, sensibilizar os leitores para o desenvolvimento de ações voluntárias, contribuindo para melhorias sociais e ambientais de seus entornos imediatos.

Notas

¹ Por “crianças e adolescentes sob guarda e tutela do Estado” entende-se todos os menores de 18 anos, de ambos os sexos, vítimas de abuso, maus tratos, violência ou em situação de risco pessoal e social, acolhidos, provisoriamente e excepcionalmente, por instituições sob medida de proteção e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção (BRASIL, 1990).

² <https://www.youtube.com/watch?v=L3zaoUaHJhQ>

³ https://www.youtube.com/watch?v=-r4re_UGG_A

⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=25H6iS3HHHM>

⁵ <http://www.pmpf.rs.gov.br/secao.php?t=11&p=722>

Agradecimentos

Os autores agradecem a parceria estabelecida com a Prefeitura Municipal de Passo Fundo, por meio da Secretaria de Cidadania e Assistência Social (SEMCAS), aos estudantes do 6º semestre do curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental (IFRS – Sertão) pelo apoio, bem como à Pró-Reitoria de Extensão pelo suporte financeiro concedido nos termos do edital PROEX/IFRS

nº 054/2015 - Bolsas de Extensão 2016, o que viabilizou a execução deste projeto.

Contribuição de cada autor

S.R.S. foi coordenadora do projeto e trabalhou na construção e revisão do artigo; A.G.Z. e P.C.V. foram bolsistas do projeto de extensão e trabalharam na construção do artigo; C.V., D.L.B.V. e V. P. teceram contribuições para a construção e revisão do artigo.

Referências

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S.; MARTINELLI, C. C. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: Unesco, 2002. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf> > Acesso em: 10 fev. 2016.
- AZEVEDO, M. A. Consequências psicológicas da vitimização de crianças e adolescentes. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007. p. 143-167.
- BRASIL. CASA CIVIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. > Acesso em: 07 fev. 2016
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. > Acesso em: 07 fev. 2016.
- BRASIL. CASA CIVIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. > Acesso em: 16 jan. 2016.
- BRASIL. CASA CIVIL. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. > Acesso em: 16 jan. 2016.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Resolução nº 275**, de 25 de abril de 2001. Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res01/res27501.html>. > Acesso em: 10 fev. 2016.
- BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994. 142p.
- CARVALHO, I. C. M. **Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e educação ambiental**. Brasília: IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1998.
- FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS - FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Coleção Extensão Universitária, v. 1, [S.l.]: FORPROEX, 2001. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/proex/renew/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf> > Acesso em: 06 out. 2017.
- PEDRINI, A. G.; COSTA, E. A.; GHILARDI, N. Percepção ambiental de crianças e pré-adolescentes em vulnerabilidade social para projetos de educação ambiental. **Ciência & Educação**, v.16, n.1, p.163-179, 2010.
- PEDRINI, A. G.; PAULA, J. C. Educação ambiental: críticas e propostas. In: PEDRINI, A. G. (Org.). **Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 90-146.
- REIGADA, C.; REIS, M. F. C. T. Educação ambiental para crianças no ambiente urbano: uma proposta de pesquisa-ação. **Ciência & Educação**, v.10, n.2, p.149-159, 2004.
- REYES, S.; VENTOSA, J. G.; CORRÊA, M. B.; HADDAD, D. Um ensaio para inclusão social: germinando cidadania. In: PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JUNIOR, A. (Eds.). **Educação ambiental em diferentes espaços**. São Paulo: Signus, 2007. p. 321-340.
- SILVEIRA, J. F. Unindo os saberes: universitário e popular. In: PEDRINI, A. G. (Org.). **O contrato social da Ciência: unindo saberes na educação ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 201-232.
- SIQUEIRA, L. F. Trilhas interpretativas: uma vertente responsável do (eco)turismo. **Caderno Virtual de Turismo**, v.4, n.4, p.79-87, 2004.
- TOMAZELLO, M. G. C.; FERREIRA, T. R. C. Educação Ambiental: que critérios adotar para avaliar a adequação pedagógica de seus projetos? **Ciência & Educação**, v.7, n.2, p.199-207, 2001.

Como citar este artigo:

SOUSA, S. R.; ZORZAN, A. G.; VIANNA, P. C.; VIAN, C.; VISINTAINER, D. L. B.; POLLI, V. Práticas educativas no contexto ambiental em uma casa de acolhimento institucional do município de Passo Fundo. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 8, n. 3, p. 175-183, 2017. Disponível em: < <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/6836/pdf> >